



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Champagne, Maud

Compreensão de Discurso Não Literal: O Caso de Violações das Máximas de Quantidade e de
Solicitações Indiretas

Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 14, núm. 2, 2001

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Available in: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18814212>

- ▶ How to cite
- ▶ Complete issue
- ▶ More information about this article
- ▶ Journal's homepage in redalyc.org

Compreensão de Discurso Não Literal: O Caso de Violações das Máximas de Quantidade e de Solicitações Indiretas

Maud Champagne^{1,2,3}

Universidade de Toulouse-le Mirail, França

Resumo

Para entendermos um ato de fala não literal devemos ser capazes de diferenciar entre o que o interlocutor fala do que deseja dizer usando informações contextualmente relevantes. O objetivo deste estudo é determinar se existe uma hierarquia de complexidade que perpassa os vários atos de falas não literais, tais como: violações da máxima de relação, violações da máxima de quantidade, solicitações indiretas e afirmativas irônicas. A análise do tempo de leitura de frases alvo (56 literais e 56 não literais) de histórias indica a existência de diferenças no processamento de alguns dos atos de falas não literais para compreensão. Mais precisamente, solicitações indiretas parecem ser processadas diferentemente nos três outros tipos de atos de discurso e os sujeitos parecem não perceber violações das máximas de quantidade como atos de fala não literais.

Palavras-chave: Pragmática; psicolingüística; significado não literal; solicitações indiretas; máximas da conversação.

Comprehension of Nonliteral Discourse: The Case of Violations of *Maxims of Quantiti* and *Indirect Request*

Abstract

To understand a nonliteral speech act, we must be able to differentiate what the speaker says from what he wants to say using the contextually relevant information. The aim of this study is to determine whether there exists a hierarchy of complexity across various nonliteral speech acts such as: violations of the maxim of relation, violations of the maxim of quantity, indirect requests and ironic statements. The analysis of reading time of the target sentences (56 literal and 56 nonliteral) of the stories indicates some differences in the processing of some nonliteral speech acts for comprehension. More precisely, indirect requests appear to be processed differently from the three other types of speech acts and subjects appear not to perceive violations of the maxims of quantity as nonliteral speech acts.

Keywords: Pragmatics; Psycholinguistics; Nonliteral meaning; indirect requests; conversational maxims.

A “Teoria do Ato de Fala” como definida por Austin (1962) e Searle (1969), afirma que uma mensagem verbal é raramente uma mera transmissão literal e direta de informação. Ela exprime também a intenção do interlocutor. Estes atos de fala podem ser ‘diretos’ quando dizem “Feche a janela”, por exemplo. Mas, no uso diário, são menos freqüentes do que os ‘indiretos’, quando a intenção do interlocutor não está explícita. Por exemplo, se o interlocutor diz “está frio aqui!” não o faz para que quem o escuta diga “realmente está frio aqui!” e sim, para que feche a janela que está próxima.

Deste modo, a compreensão de um ato de fala não literal exige ao mesmo tempo (a) o processamento do que é explicitamente dito e (b) a capacidade de ir além deste significado literal para perceber a intenção do

interlocutor no contexto dado. Em outras palavras, quem escuta deve ser capaz de, simultaneamente, compreender o significado literal e não literal da mensagem, o que o interlocutor diz e o que pretende dizer. Assim, devemos usar informações contextuais para entender a intenção do interlocutor e fazer pressuposições e predições.

O modelo explicativo sobre a dimensão indireta de atos de fala indiretos inclui a Teoria do Ato de Fala e certos princípios gerais de conversação. De fato, de acordo com Searle (1969), o interlocutor que deseja realizar um ato de fala não literal tem como objetivo fazer com que quem o escute entenda sua mensagem usando:

- a habilidade de quem o escuta para entender as ‘condições de sucesso e satisfação’ do ato de fala literal⁴;

¹ Endereço para correspondência: Laboratoire J. Lordat, Maison de la Recherche, 5, Allées Antonio Machado – 31058, Toulouse cedex. França.

² Versão ao português realizada por Ana Paula Rech Kasper.

³ Agradecimentos a Jacques Virbel e a Jean-Luc Nespolous pela ajuda no preparo do experimento e nas discussões teóricas.

⁴ Contrariamente a Searle, alguns estudos (Gibbs, 1982) têm demonstrado que a compreensão de significados não literais não envolve o processamento de significado literal.

- conhecimento mútuo de certos fatos do cenário e de contextos da conversação para onde quer dirigir a atenção de quem o escuta;

- a capacidade de quem o escuta em fazer inferências baseadas na hipótese de que o interlocutor está atendendo a certas máximas de conversação no contexto de declaração. A estratégia de inferência consiste em, primeiramente, estabelecer que o objetivo ilógico diverge do objetivo literal e, em segundo lugar, descobrir qual é o objetivo ilógico.

As máximas de conversação (Grice, 1975) são baseadas no princípio cooperativo que diz: “Faça sua contribuição conforme necessário, no estágio em que ocorrer, pelo objetivo aceito, ou direção da conversa em que está engajado”. Existem quatro máximas da conversação definidas a seguir:

- Máxima de quantidade: “Não dê nem mais nem menos informação do que é necessário”.

- Máxima da qualidade: “Tente fazer sua contribuição dizendo algo verdadeiro”, “Não diga o que acredita ser falso”, “Não diga algo sobre o qual não tem evidências suficientes”.

- Máxima da relação: “Seja relevante”.

- Máxima de modo/maneira: “Seja perspicaz” (nada de ambigüidades e obscuridades, seja breve e mantenha uma ordem).

Em outras palavras, se fornecemos mais ou menos informações do que é necessário, se dizemos algo que sabemos ou acreditamos estar errado, se dizemos algo que é irrelevante ao assunto da conversação, se falamos de modo obscuro, ambíguo ou confuso, isto se constitui em um comportamento não cooperativo.

Toda a conversação pressupõe uma aceitação destas regras. A interpretação de quem escuta segue estas regras tacitamente. Uma destas regras é assumidamente violada, quando o interlocutor tem uma razão específica X para tal violação e porque sabe que quem o escuta é capaz de identificar X como a causa de sua violação. Grice (1975) define este tipo de inferência como “implicações conversacionais”. A partir das afirmações acima se conclui que a violação de uma máxima é (e não pode deixar de sê-lo) dependente do contexto.

Segundo Searle, um ato de fala indireto ocorre quando o interlocutor quer dizer alguma coisa além do que realmente diz, em outras palavras, quando faz dois atos distintos com apenas uma única frase. Deste modo “está frio aqui!” significa “feche a janela!” e “digo que está frio aqui”. Considerando esta definição e os princípios de conversação de Grice, nesse trabalho, definimos quatro categorias de estímulos que seguem:

- violações da máxima de relação e violações da máxima de quantidade (L diz p e quer dizer exatamente q)

- solicitação indireta (L diz p e quer dizer exatamente p + q)

- afirmativas irônicas (L diz p e o que quer exatamente é dizer não p, em outras palavras, quer dizer exatamente o oposto de P no contexto de declaração)

- atos diretos de discurso (L diz p e quer exatamente dizer p)

O objetivo deste estudo, realizado com sujeitos saudáveis, é determinar se existe uma hierarquia de complexidades entre os vários atos não literais e literais de fala. Em outras palavras, pode-se perguntar se uma fala não literal – por exemplo, uma solicitação indireta – exige maior quantidade de processamento do que uma afirmação irônica para ser compreendida.

Para respondermos a essa questão, comparamos medidas de tempo de leitura para diferentes subcategorias de estímulos pertencentes à cada uma das quatro categorias mencionadas acima.

Método

Participantes

Quarenta jovens (20 mulheres, 20 homens), estudantes universitários destros (entre 18 e 28 anos), falantes do idioma francês como primeira língua, foram testados individualmente. Estavam envolvidos em cursos de Psicologia, Lingüística e Biologia da *Universidade Toulouse Le Mirail*.

Estímulos

Foram distribuídos 112 estímulos, de acordo com as seguintes categorias:

- 56 atos de fala não literais ou “implícitos” com:
- 14 violações da máxima de relação (VMR)
- 14 violações da máxima de quantidade (VMQ)
- 14 solicitações indiretas
- 14 afirmativas irônicas
- 56 atos de falas literais, ou “explícitos”, (correspondendo aos 56 estímulos literais prévios).

Os estímulos constituíam-se de histórias curtas, representando situações do cotidiano, em que dois personagens dialogavam. Todos foram indicados pelo primeiro nome, sobrenome ou sua função (chefe, filho, marido...). Em alguns estímulos, os dois personagens estavam conversando, outros, apenas um falava. As histórias eram compostas por cinco partes (‘situação’, ‘introdução do interlocutor’, ‘declaração do interlocutor’, ‘introdução de quem escuta’ e ‘declaração de quem escuta’)

ou por três ('situação', 'introdução do interlocutor' e 'declaração do interlocutor').

Para a análise, as histórias foram divididas em dois segmentos. Se ambos os personagens estão falando, o segmento 1 dá uma descrição da situação, uma introdução e a declaração de quem escuta. Se apenas um personagem está falando, o segmento 1 dá apenas uma descrição da situação. O segmento 2 é a frase alvo que, nesse experimento, sempre pode ter dois significados (um literal ou explícito e outro não literal ou implícito). Por fim, todas as "afirmações" para o julgamento dos participantes tinham o mesmo padrão sintático e o mesmo comprimento. As palavras usadas, nestes casos, eram diferentes daquelas utilizadas na história, para que não influenciem os indivíduos durante o teste. Para cada categoria de estímulo foi elaborado um mesmo número de respostas falsas e verdadeiras em cada categoria de estímulo.

Seguem aqui exemplos de estímulos pertencentes a cada uma das categorias:

Exemplo de VMR

Estímulo implícito

Primeiro segmento: *É sexta-feira e Bernardo sai para passear na montanha de manhã. Ele diz a Yves: "Você quer vir comigo?"*

Segundo segmento implícito: *Yves diz: "Tenho muito trabalho para fazer para segunda-feira".*

Afirmiação: *Yves vai caminhar na montanha com Bernardo (falso).*

Estímulo explícito:

Primeiro segmento: *É sexta-feira e Bernardo sai para passear na montanha de manhã. Ele diz à Yves: "Você quer vir comigo?"*

Segundo segmento explícito: *"Não, eu não irei com você, eu tenho muito trabalho para segunda-feira".*

Afirmiação: *Yves vai caminhar na montanha com Bernardo (falso).*

Exemplo de VMQ

Estímulo implícito:

Primeiro segmento: *Mônica quer fazer as compras de carro. Ela pede para Edimundo: "Onde você colocou as chaves do carro?"*

Segundo segmento implícito: *Edimundo diz: Em algum lugar da sala.*

Afirmiação: *Edimundo ignora o local exato das chaves (verdadeiro).*

Estímulo explícito:

Primeiro segmento: *Mônica quer fazer as compras de carro. Ela pede para Edimundo: "Onde você colocou as chaves do carro?"*

Segundo segmento explícito: *Edimundo diz: "Na sala, mas não sei exatamente onde".*

Afirmiação: *Edimundo ignora o local exato das chaves (verdadeiro).*

Exemplo de solicitação indireta

Estímulo implícito

Primeiro segmento: *Roberto está num jantar de trabalho com Sr. Chaumont. Ele quer pão para comer com seu queijo.*

Segundo segmento implícito: *Roberto diz ao Sr. Chaumont: "Será que você poderia me dar o pão?"*

Afirmiação: *Sr. Chaumont vai lhe dar o pão (verdadeiro).*

Estímulo explícito

Primeiro segmento: *Roberto está num jantar de trabalho com Sr. Chaumont. Ele quer pão para comer com seu queijo.*

Segundo segmento explícito: *Roberto diz ao Sr. Chaumont: "Dê-me o pão, por favor".*

Afirmiação: *Sr. Chaumont vai lhe dar o pão (verdadeiro).*

Exemplo de afirmação irônica

Estímulo implícito

Primeiro segmento: *Geraldina acabou de decorar seu apartamento. Ela o repintou com cores horrorosas.*

Segundo segmento implícito: *Sua amiga, Nádina, disse-lhe: "Você deveria ser uma decoradora de interiores".*

Afirmiação: *Geraldina tem mal gosto para decoração (verdadeiro).*

Estímulo explícito

Primeiro segmento: *Geraldina acabou de decorar seu apartamento. Ela o repintou com cores horrorosas.*

Segundo segmento explícito: *Sua amiga, Nádina, disse-lhe: "Sempre achei que você não tinha bom gosto."*

Afirmiação: *Geraldina tem mal gosto para decoração (verdadeiro).*

Em um estudo piloto, dez participantes foram solicitados para proporem uma declaração explícita equivalente para cada estímulo implícito, possibilitando a avaliação da validade do estímulo controle.

Procedimentos

Os estímulos foram apresentados em ordem randômica diferente para cada sujeito numa tela de computador. O texto estava centrado na tela. Para distinguir a história da asserção/afirmação a ser julgada pelo sujeito, foram utilizadas duas cores: branco, para a

história e azul para a asserção/afirmação. Apenas as teclas 'V', 'N' e a tecla de espaço estavam disponíveis no teclado. As outras estavam escondidas por uma cartolina. A tecla 'V' estava marcada pela letra 'F' para falso e a tecla 'N' marcada pela letra 'V' para verdadeiro.

Os sujeitos tiveram que ler cada história em dois estágios. Tinham que pressionar a tecla espaço para ir da primeira à segunda parte do texto. Então, deveriam estabelecer um julgamento de verdadeiro ou falso através das teclas 'V' ou 'F'. Os sujeitos não tinham a chance de fazer nenhuma correção após terem feito suas escolhas.

Para cada uma destas manipulações, os sujeitos foram apenas autorizados a utilizarem seus dedos indicadores direitos. Antes de começarem o procedimento propriamente dito, os sujeitos foram treinados com dez diferentes estímulos diferentes daqueles que iriam ser usados no experimento. A tarefa durou cerca de 30 minutos, com uma pausa de três minutos na metade do teste. O computador gravou tanto o tempo de leitura/compreensão da frase alvo (tempo de leitura: RT) quanto o de tomada de decisão (julgamento- tempo de decisão: DT).

Resultados

Tabela 1 e 2 apresentam o tempo de leitura/compreensão (TL) das sentenças alvo e o tempo de decisão (TD) levado para julgar a asserção. Os TLs foram

Tabela 1. Tempo de Leitura, Tempo de Decisão e Porcentagem de Erros nos Estímulos Explícitos e Implícitos

Tipo de Estímulo	
	implícito
Tempo de Leitura	45
Tempo de Decisão	2231
Porcentagem de erros	6,6%
	explícito
	39
	2266
	4,5%

Tabela 2. Tempo de leitura, Tempo de Decisão e Porcentagem de Erros para as Quatro Categorias de Atos de Fala nos Estímulos Explícitos e Implícitos

Estímulos		Violação		Solicitação indireta	Ironia
		Máxima de relação	Máxima de quantidade		
Implícitos	Tempo de Leitura	45	48	38	47
	Tempo de Decisão	2251	2429	2368	2274
	% de erros	3,2	9,3	8,9	4,5
Explícitos	Tempo de Leitura	37	38	38	42
	Tempo de Decisão	2198	2259	2329	2294
	% de erros	3,4	3,9	9,3	1,4

corrigidos de modo a considerar o tamanho (número de caracteres).

A análise de variância revelou um efeito significativo das categorias implícitas ou explícitas no tempo de leitura (TL), $[F(1,39)= 155,28, p<0,0001]$. Deste modo, os resultados indicam que os sujeitos processam mais rapidamente um estímulo explícito do que implícito. Anova mostra que os TLs das várias categorias implícitas são significativamente diferentes, $[F(3,39)=52,86, p<0,0001]$. Uma comparação (dois por dois) das categorias implícitas mostra diferenças parciais. Com efeito, os participantes processam mais rapidamente: as solicitações indiretas em comparação com as violações de máxima de quantidade $[F(1,39)=106,00, p<0,0001]$; as solicitações indiretas em comparação com as afirmativas irônicas $[F(1,39)= 98,16, p<0,0001]$; as solicitações indiretas em comparação com as violações da máxima de relação $[F(1,39)= 74,92, p<0,0001]$; as violações da máxima de relação em comparação com as violações da máxima de quantidade $[F(1,39)= 18,23, p<0,0001]$; as violações da máxima de relação em comparação com as afirmações irônicas $[F(1,39)= 9,24, p<0,0042]$. No entanto, não há diferenças significativas entre as variações de máxima de quantidade afirmativas irônicas.

Nossa análise indica que existe um efeito global significativo da dicotomia implícito/explícito sobre todos os subtipos de ato de discurso $[F(3,39)= 28,85, p<0,0001]$ (ver Figura 1). Mais precisamente, tal efeito significativo entre estímulos implícito versus explícito ocorre nas violações da máxima de quantidade $[F(1,39)= 135,00, p<0,0001]$ e afirmativas irônicas $[F(1,39)= 48,90, p<0,0001]$. Contudo, não existe tal efeito para as solicitações indiretas.

A análise de variância mostrou, também, um efeito significativo das categorias implícita ou explícita no tempo de decisão (TD), $[F(1,39)= 7,27, p<0,0103]$. Os sujeitos foram mais rápidos para o processamento de um estímulo explícito do que um implícito. A análise de erros

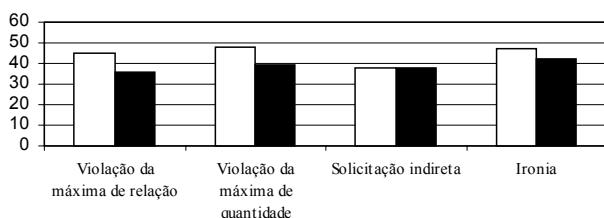


Figura 1. Tempo de leitura nas diferentes categorias de atos de fala, quando o texto era implícito e explícito

corroborou este resultado significativo $[F(1,39)= 20,36, p<0,0001]$.

A comparação (dois por dois) entre as categorias implícita e explícita evidenciaram resultados significativamente diferentes apenas para as variações da máxima de quantidade $[F(1,39)= 8,98, p<0,0047]$. Para as outras subcategorias, nenhuma significativa diferença foi encontrada. Assim, é mais provável que este resultado significativo nas violações da máxima de quantidade tenha induzido o maior efeito estatístico. A análise de erros confirmou este resultado para as violações da máxima de quantidade, $[F(1,39)= 13,54, p<0,001]$, mas também revelou uma significativa diferença para as afirmativas irônicas $[F(1,39)= 15,37, p<0,001]$.

A ANOVA mostrou que as TLs para as subcategorias implícitas são, de maneira geral, significativamente diferentes $[F(1,39)= 3,82, p<0,05]$. Então, decidimos comparar as subcategorias duas a duas. Nessa análise, os DTs foram significativamente mais longos: para as violações da máxima de quantidade em comparação com as violações da máxima de relação $[F(1,39)= 8,93, p<0,01]$; para as violações da máxima de quantidade em comparação com as afirmativas irônicas $[F(1,39)= 5,35, p<0,05]$; para as solicitações indiretas em comparação com a máxima de relação $[F(1,39)= 7,33, p<0,01]$. Contudo, as outras comparações não foram significativamente diferentes. A análise de erros confirmou os resultados globais, mas as diferenças entre solicitações indiretas e as afirmativas irônicas alcançam significância estatística muito tenua $[F(1,39)= 4,294, p<0,05]$.

Discussão

O presente experimento confirmou nosso prognóstico principal: os estímulos explícitos são processados com maior facilidade do que os estímulos implícitos. Quanto à hierarquia de complexidade, os resultados são apenas parciais. Mesmo que as solicitações indiretas sejam mais facilmente compreendidas do que as outras formas não literais de atos de fala e que as violações das máximas de

relação sejam entendidas, mais facilmente, do que as violações das máximas de quantidade e afirmativas irônicas, não podemos afirmar nada sobre as diferenças entre estas últimas e as violações das máximas de quantidade.

Por outro lado, nossos resultados demonstraram que os sujeitos comprehendem mais facilmente as violações da máxima de relação, de quantidade e afirmativas irônicas do que sua contrapartida explícita, mas tal diferença de entendimento não existe para as solicitações indiretas. Assim, em contraste com Searle e de acordo com Gibbs (1982), as solicitações indiretas seriam processadas diretamente, sem necessidade de ativação de seu conteúdo literal. Isto confirmaria a facilidade de compreensão deste ato não literal de fala. Este fato também enfatiza o importante papel da convencionalidade no processamento de discursos como vários estudos têm demonstrado (Clark, 1979; Clark & Lucy, 1975; Clark & Schunk, 1980). Dado um contexto situacional, os ouvintes deveriam, então, analisar o que a solicitação convencional significa antes de procurar por uma análise possível para o significado literal. Além do mais, o modo imperativo, usado na versão explícita de solicitações indiretas, usualmente percebida como um sinal de autoridade, corrobora o papel da convencionalidade, pois podemos assumir que envolve uma importante percentagem explícita de erros com relação ao implícito nesta categoria.

Dentro de tal conceito, considerando que o interlocutor não fala de modo gentil ou neutro, o ouvinte não realizará a ação solicitada. Deste modo, haveria uma relação íntima entre as convencionalidades globais e o tipo de contexto social em que a solicitação aparece. A determinação do significado convencional da declaração, então, depende fortemente dos contextos específicos lingüísticos e sociais em que são usados.

Estes resultados sugerem que os processos requeridos para a compreensão de uma solicitação indireta são diferentes daqueles usados para entender os outros atos de fala não literais testados neste estudo. Se este estudo realmente mostra que os processos utilizados para entender uma solicitação indireta não são seqüenciais (Gibbs, 1982), nossos resultados não nos permitem rejeitar a relevância deste tipo de processo para os outros atos de fala não literais.

Inversamente, a presença de um tempo de leitura mais longo para os outros atos de fala não literais conta a favor da existência de processos seqüenciais (Clark & Lucy, 1975). Em outras palavras, os sujeitos, primeiramente, processam o significado literal do ato de fala e então decidem se o significado literal combina com o

significado pretendido pelo interlocutor. Se o significado literal parece inadequado no contexto específico, o significado indireto é ativado, recorrendo-se aos princípios cooperativos de Grice.

Nossos resultados também revelam que, seguindo as solicitações indiretas, as violações da máxima de relação são mais fáceis de compreender do que as afirmativas irônicas e as violações das máximas de quantidade. Este resultado é corroborado pelo tempo de decisão (DT) e pela percentagem de erro.

Em relação às violações das máximas de quantidade, os DTs para o julgamento de adequação de uma asserção são os mais longos. Assim, este tipo de ato não literal de discurso parece ser particularmente complexo. Deste modo, se processamos literalmente uma declaração que viola a máxima de quantidade e se colocamos dentro do contexto em que foi produzida, nada indica que existe alguma violação da máxima de quantidade. Complementando, quando os sujeitos se empenham em imaginar a situação, pode ser que estejam satisfeitos com tal resposta (afirmação do ouvinte), mesmo que não seja uma resposta correta.

Resultados de Gibbs e Moise (1997) concordam com esta hipótese. Então, demonstram que os sujeitos preferem a declaração “Jane tem exatamente três filhos” à “Jane tem três filhos e pode ser que tenha mais do que três” como uma paráfrase de “Jane tem três filhos”. Ao contrário, a segunda paráfrase é escolhida, quando o contexto é bastante específico.

Além do mais, a diferença significativa entre as DTs para as violações das máximas de quantidade e os TDs para as contrapartidas explícitas se encaixa em tal interpretação. Nesse sentido, os TDs diminuíram quando a acurácia do ouvinte é providenciada (estímulos explícitos). A percentagem de erros para a versão implícita e explícita de tal categoria de atos de discurso corrobora esta observação: de 9,3 % para o implícito diminui para 3,9 % para o explícito.

Deste modo, o que deveria ser uma violação da máxima de quantidade pode talvez não ser tal violação para os sujeitos que participaram de nosso experimento. Tal observação leva-nos a questionar a realidade desta implicação conversacional. Como poderemos pretender que este tipo de implicação seja mais complexa para processar do que outra, se a declaração não é percebida como implícita? Talvez este problema exista, pois o contexto dos estímulos desta categoria não é suficientemente específico, como sugerido por Gibbs e Moise (1997).

Nossos resultados sugerem que realmente existe uma hierarquia de complexidades e como ela deve se

configurar. Quando o interlocutor diz “*p*”, deve ser mais fácil, primeiramente, compreender que ele quer dizer “*p* + *q*”; em segundo lugar, que ele quer dizer “*q*” (quando existe uma violação da máxima de relação), e somente por fim, a compreensão de: “*então não p*”. Pode-se também propor que as solicitações indiretas e violações das máximas de quantidade não parecem ser percebidas como atos de fala não literais.

Os resultados deste estudo são importantes para a Neuropsicologia, especialmente para testar compreensão de atos de fala não literais por sujeitos com danos cerebrais no hemisfério direito. Deste modo, estes resultados fornecem um rigoroso paradigma de avaliação de distúrbios em sujeitos com danos cerebrais no hemisfério direito. Este estudo tem sido usado como referência para comparação de resultados de sujeitos normais e sujeitos com danos cerebrais no hemisfério direito no processamento literal e não literal de atos de discurso. Na verdade, estes pacientes têm mostrado um distúrbio no uso de contextos para a compreensão de significados não literais e no estabelecimento de inferências (Brownell & colaboradores, 1986; Champagne, 2001; Foldi, 1987).

Referências

- Austin, J. L. (1962). *How to do things with words*. Oxford: Clarendon.
- Brownell, H. H., Potter, H.H., Bihrl, A. M. & Gardner, H. (1986). Inference deficits in right brain-damaged patients. *Brain and Language*, 27, 310-321.
- Champagne, M. (1999). Compréhension des actes de parole non-littéraux: approche psycholinguistique et perspectives neuropsycholinguistiques. *Revue Parole*, 11/12, 239-256.
- Champagne, M. (2001). *Compréhension des actes de parole non-littéraux chez le sujet normal et chez le sujet cérébrolésé droit*. Dissertação de Doutorado não publicada. Curso de Ciências Cognitivas, École des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Paris, França.
- Champagne, M., Virbel, J. & Nespolous, J.L. (1999). The differential processing of literal and nonliteral speech acts: A psycholinguistic approach. Em P. Bouquet (Org.), *Context 99, Modeling and using context* (pp. 451-454). Berlin: Springer Verlag.
- Clark, H. H. (1979). Responding to indirect speech acts. *Cognitive Psychology*, 11, 430-477.
- Clark, H.H. & Lucy, P. (1975). Understanding what is meant from what is said: A study in conversationally conveyed requests. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 14, 56-72.
- Clark, H. H. & Schunk, D.H. (1980). Polite responses to polite requests. *Cognition*, 8, 111-143.
- Foldi, N. S (1987). Appreciation of pragmatic interpretations of indirect commands: Comparison of right and left hemisphere brain-damaged patients. *Brain and Language*, 31, 88-108.
- Gibbs, R. W. (1982). A critical examination of the contribution of literal meaning to understanding non literal discourse. *Text*, 2, 9-28.
- Gibbs, R. W. (1986b). Comprehension and memory for nonliteral utterances: The problem of sarcastic indirect requests. *Acta Psychologica*, 62, 41-57.

- Gibbs, R. W. (1994). *The poetics of mind*. Cambridge: Cambridge University.
- Gibbs, R. W. & Moise, J. (1997). Pragmatics in understanding what is said. *Cognition*, 62, 51-74.
- Grice, H. P. (1957). Meaning. *Philosophical Review*, 66, 377-388.
- Grice, H. P. (1975). Logic and conversation. Em P. Cole & J. L. Morgan (Orgs.), *Syntax and Semantics* (Vol 3, pp. 374-395). New York: Academic Press.
- Searle, J. R. (1969). *Speech acts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Searle, J. R. (1979). *Expression and meaning*. Cambridge: Cambridge University Press.

Received: 13/10/2000

Revised: 23/04/2001

Accepted: 09/05/2001

Sobre a autora

Maud Champagne é Doutora em Ciências Cognitivas do l'EHESS, Laboratório de Neuropsicolinguística Jacques Lordat – Universidade de Toulouse-le Mirail, França.